

10 A 12 DE JUNHO DE 2025



O DIREITO À ACESSIBILIDADE NO ENSINO SUPERIOR

Carolina Melo Franco de Faria
UnifipMoc
carolmffaria@gmail.com
Andréa Lafetá de Melo Franco
Unimontes
andrea.franco@unimontes.br

Enzo Melo Franco de Faria
enzomffaria@gmail.com

Eixo: Política Públicas e Gestão da Educação

Resumo Expandido

A pesquisa analisa a acessibilidade nas IES, com foco nas barreiras que impedem a plena inclusão de estudantes com deficiência. A partir de uma revisão bibliográfica e análise de documentos legais e institucionais, observa-se que, embora existam avanços legislativos, as práticas institucionais ainda são insuficientes e inconsistentes. As principais dificuldades envolvem as dimensões física, pedagógica, comunicacional e atitudinal da acessibilidade. Considera-se urgente a implementação de práticas que envolvam toda a comunidade acadêmica para garantir a permanência e o sucesso dos estudantes com deficiência.

Palavras-chave: Direito. Acessibilidade. Ensino superior. Políticas Públicas. Inclusão

Introdução

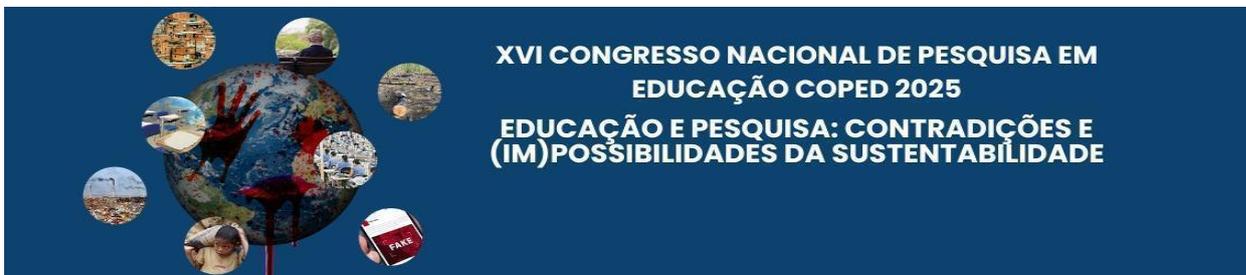
Em um país que constitucionalmente garante o direito à educação, falar sobre acessibilidade nas Instituições de Ensino Superior (IES) é, antes de tudo, confrontar a distância entre norma e prática. Embora os marcos legais assegurem a inclusão de pessoas com deficiência nas instituições de ensino, o ambiente acadêmico ainda se mostra excludente — seja por barreiras arquitetônicas, tecnológicas, atitudinais ou pedagógicas.

Esta pesquisa tem como foco a análise da acessibilidade no espaço universitário, compreendendo-a como um direito fundamental que deve permear todas as dimensões da vivência acadêmica, partindo do entendimento de que educação e acessibilidade não devem ser tratadas como esferas separadas, mas como pilares indissociáveis de uma universidade socialmente responsável.

Justificativa e problema da pesquisa

O estudo justifica pela urgência em refletir sobre as condições reais de inclusão nas IES e o compromisso destas com a construção de ambientes acessíveis, equitativos e democráticos. Partimos do seguinte problema: Como o ambiente acadêmico nas IES têm assegurado — ou negligenciado — o direito à acessibilidade de estudantes com deficiência?

Objetivos da pesquisa



10 A 12 DE JUNHO DE 2025



Com base nos resultados obtidos, consideramos a urgência na garantia da acessibilidade que os acadêmicos das IES têm direito, mais do que dispositivos legais o que se requer são ações concretas, planejamento institucional e mudança de cultura.

Para que a inclusão ocorra de forma plena, é fundamental que as IES desenvolvam políticas permanentes e intersetoriais de acessibilidade, que contemplem não apenas a estrutura física, mas também as dimensões pedagógica, comunicacional e atitudinal bem como a formação de docentes e gestores, aliada à escuta ativa dos estudantes.

Compreendemos portanto, a acessibilidade não como concessão, mas como expressão concreta do direito à permanência com qualidade no ensino superior.

Referências

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 37. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A universidade no século XXI**: para uma reforma democrática e emancipatória da universidade. São Paulo: Cortez, 2007.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão**: construindo uma sociedade para todos. 2. ed. Rio de Janeiro: WVA, 2005.